

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	17
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	202.512
Preferenciais	201.941
Total	404.453
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.647.255	11.391.583
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	645.905	656.145
1.01.01	Caixa	31.905	38.033
1.01.02	Aplicações de Liquidez	614.000	618.112
1.01.02.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	614.000	618.112
1.02	Ativos Financeiros	9.431.062	10.080.858
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	779.322	803.996
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	671.670	803.996
1.02.02.02	Derivativos	107.652	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	8.651.740	9.276.862
1.02.04.04	Operações de Crédito	8.460.768	8.970.022
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-263.922	-269.446
1.02.04.06	Operações de Arrendamento	204.463	375.144
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	250.431	201.142
1.03	Tributos	3.121	3.195
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	3.121	3.195
1.04	Outros Ativos	563.743	647.571
1.04.03	Outros	563.743	647.571
1.04.03.01	Outros Ativos	257.443	280.439
1.04.03.02	Ativos Fiscais	306.300	367.132
1.06	Imobilizado	3.254	3.560
1.06.01	Imobilizado de Uso	3.254	3.560
1.07	Intangível	170	254
1.07.01	Intangíveis	170	254

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.647.255	11.391.583
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	8.281.130	9.227.471
2.01.01	Depósitos	3.296.158	4.500.961
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.891.732	4.401.924
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	93.240	324.586
2.04	Passivos Fiscais	264.714	217.299
2.05	Outros Passivos	2.101.411	1.946.813
2.05.01	Capital Social Realizado	985.225	985.225
2.05.04	Reservas de Lucro	579.912	459.101
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	103.046	-38.874
2.05.07	Outros Passivos Financeiros	3.991	17
2.05.08	Outros Passivos	429.237	541.344

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	388.865	1.130.518	381.062	1.186.973
3.01.01	Operações de Crédito	275.280	819.224	277.281	874.503
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	95.151	273.983	93.159	273.659
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.536	31.766	9.696	31.196
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.898	5.545	926	7.615
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-257.945	-736.633	-272.190	-818.110
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-122.278	-289.581	-79.781	-292.291
3.02.02	Operações de Arrendamento Mercantil	-90.888	-267.050	-88.905	-244.152
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-33.802	-89.381	-36.873	-117.722
3.02.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-10.977	-90.621	-66.631	-163.945
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	130.920	393.885	108.872	368.863
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-65.437	-172.253	-39.015	-127.860
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	16.151	52.634	17.745	52.873
3.04.03	Despesas com Pessoal	-11.223	-33.969	-9.877	-32.632
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-53.098	-153.383	-43.452	-137.028
3.04.05	Despesas Tributárias	-7.625	-23.139	-7.202	-24.390
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	24.816	64.868	17.579	63.680
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-35.725	-92.109	-24.218	-74.162
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.267	12.845	10.410	23.799
3.04.08.01	Resultado não Operacional	1.267	12.845	10.410	23.799
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	65.483	221.632	69.857	241.003
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	65.483	221.632	69.857	241.003
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-33.985	-98.212	-29.879	-99.268
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-32.868	-79.518	-21.128	-60.089
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-18.696	-47.261	-19.479	-58.826
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	17.579	28.567	10.728	19.647
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	31.498	123.420	39.978	141.735

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-894	-2.609	-945	-2.754
3.10.01	Participações	-894	-2.609	-945	-2.754
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	30.604	120.811	39.033	138.981

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	30.604	120.811	39.733	138.981
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	47.878	141.920	38.345	7.825
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	47.878	141.920	38.345	7.825
4.02.01.01	Ajuste ao Valor de Mercado para Ativos Financeiros Disponíveis ara Venda	39	45	-33	-42
4.02.01.02	Ajuste ao Valor de Mercado para Hedge de Fluxo de Caixa	92.469	273.296	73.150	18.625
4.02.01.03	Efeito Tributário sobre Ajuste ao Valor de Mercado para Aivos Financeiros Disponiveis para Venda	-18	-21	16	20
4.02.01.04	Efeito Tributário Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	-44.612	-131.400	-34.788	-10.778
4.04	Resultado Abrangente do Período	78.482	262.731	78.078	146.806

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-526.785	247.803
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	195.007	241.447
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	120.811	138.981
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	74.196	102.466
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-689.301	98.461
6.01.02.01	Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-64.752	117.880
6.01.02.02	Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	585.030	1.166.171
6.01.02.03	Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central	-49.289	305.181
6.01.02.04	Redução (aumento) em Outros Créditos	158.241	88.700
6.01.02.05	Redução (aumento) em Despesas Antecipadas	0	10.791
6.01.02.06	Redução em Depósitos	-1.204.803	-666.433
6.01.02.07	Redução Aumento em Outras Obrigações	-113.728	-923.829
6.01.03	Outros	-32.491	-92.105
6.01.03.01	Impostos Pagos	-32.491	-92.105
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-99	-1.705
6.02.01	Aquisição de Imobilizado de uso	-80	-1.397
6.02.02	Aplicações no Intangível	-19	-3
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	0	-305
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	516.644	126.258
6.03.01	Emissão de Obrigações de Longo Prazo	1.847.844	397.185
6.03.02	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-1.284.450	-159.467
6.03.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-46.750	-111.460
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.240	372.356
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	656.145	406.438
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	645.905	778.794

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	985.225	0	459.101	-38.874	0	0	1.405.452
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	985.225	0	459.101	-38.874	0	0	1.405.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	141.920	0	0	141.920
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	141.920	0	0	141.920
5.04.04.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Finan. Derivativos	0	0	0	141.920	0	0	141.920
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	120.811	0	120.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	120.811	0	120.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	120.811	0	-120.811	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	120.811	0	-120.811	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	6.041	0	-6.041	0	0
5.06.01.02	Reserva para Reforço de Capital de Giro	0	0	114.770	0	-114.770	0	0
5.07	Saldos Finais	985.225	0	579.912	103.046	0	0	1.668.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	985.225	0	386.757	-57.139	0	0	1.314.843
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	985.225	0	386.757	-57.139	0	0	1.314.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-48.561	7.823	0	0	-40.738
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	7.823	0	0	7.823
5.04.04.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Finan. Derivativos	0	0	0	7.823	0	0	7.823
5.04.06	Dividendos	0	0	-48.561	0	0	0	-48.561
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	138.981	0	138.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	138.981	0	138.981
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	99.948	0	-99.948	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	99.948	0	-99.948	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	4.997	0	-4.997	0	0
5.06.01.02	Reserva para Reforço de Capital de Giro	0	0	94.951	0	-94.951	0	0
5.07	Saldos Finais	985.225	0	438.144	-49.316	39.033	0	1.413.086

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	988.755	971.498
7.01.01	Intermediação Financeira	1.039.897	1.023.029
7.01.02	Prestação de Serviços	52.635	52.873
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-89.381	-117.722
7.01.04	Outras	-14.396	13.318
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-556.631	-536.443
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-151.968	-135.718
7.03.02	Serviços de Terceiros	-59.917	-59.333
7.03.04	Outros	-92.051	-76.385
7.04	Valor Adicionado Bruto	280.156	299.337
7.05	Retenções	-489	-682
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-489	-682
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	279.667	298.655
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	279.667	298.655
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	279.667	298.655
7.09.01	Pessoal	31.199	30.811
7.09.01.01	Remuneração Direta	22.454	21.689
7.09.01.02	Benefícios	5.307	5.261
7.09.01.03	F.G.T.S.	2.174	2.092
7.09.01.04	Outros	1.264	1.769
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	126.731	128.232
7.09.02.01	Federais	122.767	123.764
7.09.02.03	Municipais	3.964	4.468
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	926	631
7.09.03.01	Aluguéis	926	631
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	120.811	138.981
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	120.811	138.981

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.057.806	10.918.073
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	250.431	201.142
1.01.01	Caixa	250.431	201.142
1.02	Ativos Financeiros	9.593.952	10.397.782
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	107.652	264.191
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	6.388	264.191
1.02.02.02	Derivativos	101.264	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	104.105	152.735
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	104.105	152.735
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	9.382.195	9.980.856
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	9.382.195	9.980.856
1.03	Tributos	207.528	307.151
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	3.121	3.195
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	204.407	303.956
1.04	Outros Ativos	3.976	7.965
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	224	699
1.04.03	Outros	3.752	7.266
1.06	Imobilizado	1.749	3.779
1.06.01	Imobilizado de Uso	9.141	7.929
1.06.03	Depreciação Acumulada	-7.392	-4.150
1.07	Intangível	170	254
1.07.01	Intangíveis	5.853	5.834
1.07.03	Amortização Acumulada	-5.683	-5.580

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.057.806	10.918.073
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.162.707	9.267.681
2.02.01	Depósitos	8.069.467	8.943.095
2.02.01.01	Depósitos de instituição de Crédito	3.122.657	4.355.893
2.02.01.02	Obrigações por Títulos e Valores Imobiliário	4.756.494	4.369.306
2.02.01.03	Outros Passivos Financeiro	16.816	72.828
2.02.01.04	Depositos de Clientes	173.500	145.068
2.02.04	Outras Captações	93.240	324.586
2.03	Provisões	40.950	38.241
2.04	Passivos Fiscais	198.994	183.569
2.05	Outros Passivos	86.335	113.030
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	1.568.820	1.315.552
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	1.568.820	1.315.552
2.07.01.01	Capital Social Realizado	985.225	985.225
2.07.01.04	Reservas de Lucros	366.628	231.225
2.07.01.04.01	Reserva Legal	366.628	339.517
2.07.01.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	-108.292
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	113.921	137.976
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	103.046	-38.874

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	349.713	1.013.321	325.501	990.755
3.01.01	Instrumentos Financeiros Mens ao Custo Amortizado	324.025	948.908	324.197	984.884
3.01.02	Instrumentos Financeiros Mens ao Valor Justo nos Outros Res Abrangentes	24.843	63.063	946	4.772
3.01.03	Outros	845	1.350	358	1.099
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-161.600	-395.421	-124.219	-412.121
3.02.01	Instrumentos Financeiros Mens ao Custo Amortizado	-120.241	-285.844	-79.469	-291.127
3.02.02	Instrumentos Financeiros Mens ao Valor Justo nos Outros Res Abrangentes	-23.405	-58.891	0	0
3.02.03	Outros	-17.954	-50.686	-44.750	-120.994
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	188.113	617.900	201.282	578.634
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-122.739	-390.977	-130.063	-454.514
3.04.03	Despesas com Pessoal	-12.119	-36.594	-10.822	-35.386
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-32.505	-86.483	-21.846	-71.226
3.04.05	Despesas Tributárias	-283	-67.357	-17.602	-25.852
3.04.05.02	Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)	-11.000	-88.536	-23.232	-42.900
3.04.05.03	Variações Cambiais (Líquidas)	9	-55	-204	754
3.04.05.04	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	10.708	21.234	5.834	16.294
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	-60.350	-146.531	-61.757	-268.014
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	-453	-1.419	-367	-1.180
3.04.06.02	Provisões (Líquidas)	-4.216	-13.397	-3.816	-5.193
3.04.06.03	Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	-59.466	-142.518	-60.914	-271.558
3.04.06.04	Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações	516	1.528	614	1.193
3.04.06.05	Receitas de tarifas e comissões	3.269	9.275	2.726	8.724
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-17.482	-54.012	-18.036	-54.036
3.04.07.01	Despesas de tarifas e comissões	-17.482	-54.012	-18.036	-54.036
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	65.374	226.923	71.219	124.120
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.023	-113.002	-34.517	-66.630
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	27.351	113.921	36.702	57.490

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	27.351	113.921	36.702	57.490
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	27.351	113.921	36.702	57.490
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	27.351	113.921	36.702	57.490
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	27.351,13	113.921,57	36.702,19	57.490,29
3.99.01	Lucro Básico por Ação	27.351	113.921	36.702	57.490
3.99.01.01	ON	13.044	54.328	17.503	27.417
3.99.01.02	PN	14.307	59.593	19.199	30.073
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,13	0,57	0,19	0,29
3.99.02.01	ON	0,06	0,27	0,09	0,14
3.99.02.02	PN	0,07	0,3	0,1	0,15

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	27.351	113.921	36.702	57.490
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	158.412	141.920	-1.700	7.824
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	158.412	141.920	-1.700	7.824
4.02.01.01	Ajuste ao Valor de Mercado para Ativos Financeiros Disponíveis ara Venda	47	45	-19	-42
4.02.01.02	Ajuste ao Valor de Mercado para Hedge de Fluxo de Caixa	301.078	273.296	1.954	18.625
4.02.01.03	Efeito Tributário sobre Ajuste ao Valor de Mercado para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-22	-21	11	20
4.02.01.04	Efeito Tributário Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	-142.691	-131.400	-3.646	-10.779
4.04	Resultado Abrangente do Período	185.763	255.841	35.002	65.314

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-502.359	1.323.554
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	121.367	258.709
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	113.921	57.407
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	7.446	201.302
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-623.726	1.064.845
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.317	280
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	516.644	-951.472
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.602	372.362
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	672.255	406.466
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	689.857	778.828

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	985.225	0	339.517	0	29.684	-38.874	1.315.552	0	1.315.552
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	985.225	0	339.517	0	29.684	-38.874	1.315.552	0	1.315.552
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-108.292	0	108.292	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-108.292	0	108.292	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	137.976	0	-24.055	141.920	255.841	0	255.841
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	137.976	0	-24.055	141.920	255.841	0	255.841
5.05.01.01	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	0	137.976	0	-137.976	0	0	0	0
5.05.01.02	Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	113.921	141.920	255.841	0	255.841
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.573	0	0	0	-2.573	0	-2.573
5.07	Saldos Finais	985.225	0	366.628	0	113.921	103.046	1.568.820	0	1.568.820

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	985.225	0	215.104	0	126.898	-57.140	1.270.087	0	1.270.087
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	985.225	0	215.104	0	126.898	-57.140	1.270.087	0	1.270.087
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-105.534	0	56.973	0	-48.561	0	-48.561
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.534	0	56.973	0	-48.561	0	-48.561
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	232.432	0	-174.942	7.824	65.314	0	65.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	232.432	0	-174.942	7.824	65.314	0	65.314
5.05.01.01	Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior	0	0	232.432	0	-232.432	0	0	0	0
5.05.01.02	Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	57.490	7.824	65.314	0	65.314
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.077	0	0	0	-1.077	0	-1.077
5.07	Saldos Finais	985.225	0	340.925	0	8.929	-49.316	1.285.763	0	1.285.763

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	1.013.321	989.501
7.01.01	Intermediação Financeira	1.013.321	989.501
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-661.800	-757.571
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.406	-71.042
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-88	-87
7.03.02	Serviços de Terceiros	-19.839	-20.427
7.03.04	Outros	-66.479	-50.528
7.04	Valor Adicionado Bruto	265.115	160.888
7.05	Retenções	-1.419	-1.180
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.419	-1.180
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	263.696	159.708
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	263.696	159.708
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	263.696	159.708
7.09.01	Pessoal	31.214	30.811
7.09.01.01	Remuneração Direta	22.454	21.689
7.09.01.02	Benefícios	5.322	5.261
7.09.01.03	F.G.T.S.	2.174	2.092
7.09.01.04	Outros	1.264	1.769
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	118.618	71.386
7.09.02.01	Federais	118.473	71.314
7.09.02.03	Municipais	145	72
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-57	103
7.09.03.01	Aluguéis	-57	103
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	113.921	57.408
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	113.921	57.408

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$55.000 milhões (R\$110,09 por ação ordinária e R\$121,10 por ação preferencial, líquidos em reais por ação; R\$129,52 por ação ordinária e R\$142,47 por ação preferencial, brutos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2021.

Política de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.668 milhões em 30 de setembro de 2021, apresentando evolução de 19% em relação a R\$1.405 milhões em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$120 milhões (30/09/2020 - R\$138 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2021, os ativos totais atingiram R\$10.647 milhões (31/12/2020 – R\$11.392 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.665 milhões (31/12/2020 – R\$9.345 milhões).

Em 30 de setembro de 2021, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.296 milhões (31/12/2020 – R\$4.501 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$4.892 milhões (31/12/2020 – R\$4.402 milhões).

Conjuntura Econômica

Comentário do Desempenho

Ao final do terceiro trimestre de 2021, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 5,0% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do segundo trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,2% para segundo trimestre de 2021. Os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior, (também estimávamos alta de 0,2%) e reforçamos nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 5,1% em 2021.

Ainda neste trimestre, o Banco RCI Brasil testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 9,68%, patamar bastante acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e também superior ao valor de 8,5% projetado pelo Banco RCI Brasil para o mesmo ano. O Banco RCI Brasil entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 4,25% a.a. para 6,25% a.a. entre o trimestre anterior e a última reunião do Copom. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 8,25% a.a. ao final de 2021 e 8,5% a.a. no encerramento de 2022.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2021 cotada a R\$5,00/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,80/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2021 cotada a R\$5,25/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou favorável e que teve como destaque o seguinte tema: o processo de reabertura e da retomada da atividade econômica. Em relação a Pandemia do Coronavírus, a preocupação com a variante Delta é menor (na margem), uma vez que a situação está aparentemente sob controle (do ponto de vista de hospitalização e mortes). Na China, a preocupação com a desaceleração econômica no início do segundo semestre já provocou uma reação do governo chinês, que voltou a adicionar estímulos à economia (principalmente pelo canal do crédito). Vale ressaltar que este estímulo será menor que o de 2020, mas deve reduzir os riscos de uma desaceleração pronunciada adiante. Do lado da inflação, o cenário tem evoluído com o arrefecimento desta nas últimas leituras. Com os preços das commodities perdendo ritmo recentemente, o efeito base se dissipando e os gargalos ocasionados pela reabertura das economias sendo solucionados, os últimos dados já mostram a inflação começando a ceder, embora ainda siga mostrando números consideravelmente acima da meta. Portanto, embora a variação do IPCA deva terminar acima da meta de inflação em 2021 e 2022, continuamos avaliando que haverá trajetória de convergência para patamares mais baixos, com o cumprimento da meta em 2023 sendo um cenário factível.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 30 de setembro de 2021, não foram prestados pela KPMG Auditores

Comentário do Desempenho

Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 11 de novembro de 2021.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Notas Explicativas



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de setembro de 2021

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução CMN nº 4.818/2020 revogou a Resolução CMN nº 4.720/2020. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de setembro de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de ativos e passivos fiscais diferidos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2021 na reunião realizada em 11 de novembro de 2021.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir

a.1) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº. 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta Circular Bacen nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

Notas Explicativas

a.2) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

g) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

Notas Explicativas

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

h) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

Notas Explicativas

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

Notas Explicativas

I.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Trimestrais.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25 % com vigência a partir de 1º de março de 2021, decorrente a MP 1.034 de 01/03/21.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os ativos fiscais diferidos são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização ativos fiscais

Notas Explicativas

diferidos, conforme demonstrada na Nota 9.b.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Trimestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

t) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 30 setembro 2021, no montante de R\$ 120.811 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Disponibilidade	31.905	38.033	38.794	9.383
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	614.000	618.112	740.000	397.055
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	614.000	618.112	740.000	397.055
Total	645.905	656.145	778.794	406.438

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020, 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

			30/09/2021	31/12/2020
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	671.685	(15)	671.670	803.996
Títulos Públicos	104.120	(15)	104.105	152.735
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	104.120	(15)	104.105	152.735
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	567.565	-	567.565	651.261
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	567.565	-	567.565	651.261
Total de Títulos e Valores Mobiliários	671.685	(15)	671.670	803.996
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo	671.685	(15)	671.670	803.996

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

II) Abertura por Vencimento

	30/09/2021		
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda	104.105	567.565	671.670
Títulos Públicos	104.105	-	104.105
LFT	104.105	-	104.105
Títulos Privados	-	567.565	567.565
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	567.565	567.565
Total	104.105	567.565	671.670

(1) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

Notas Explicativas

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	6.388	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	8.024	-
Total	14.412	-
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	-	324.586
Total	-	324.586

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$90.621 (31/12/2020 - R\$222.285)."

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" – Negociação						
Ativo	650.000	668.925	671.856	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	650.000	668.925	671.856	-	-	-
Passivo	(650.000)	(668.423)	(665.468)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(650.000)	(668.423)	(665.468)	-	-	-
"Swap" - Negociação	-	502	6.388	-	-	-

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a setembro de 2021 e os vencimentos são entre outubro de 2021 e novembro de 2024.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.629.820	3.834.182	3.928.388	4.556.020	4.787.791	4.828.355
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	3.629.820	3.834.182	3.928.388	4.556.020	4.787.791	4.828.355
Passivo	(3.629.820)	(3.985.063)	(3.920.364)	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.629.820)	(3.985.063)	(3.920.364)	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(150.881)	8.024	-	(210.194)	(324.586)

Notas Explicativas

				30/09/2021
				Objetos de Hedge
Instrumentos de Hedge				
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(3.629.820)	(3.985.063)	(3.920.364)	8.014.389

				31/12/2020
				Objetos de Hedge
Instrumentos de Hedge				
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(4.556.020)	(4.997.985)	(5.152.940)	(5.577.268)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$199.199 (31/12/2020 - R\$74.097) brutos e R\$103.045 (31/12/2020 - R\$38.874) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

				Valor Referencial	
				30/09/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	650.000	-	-	650.000	-
Operações de Hedge	521.120	1.247.500	1.861.200	3.629.820	4.556.020
Total	1.171.120	1.247.500	1.861.200	4.279.820	4.556.020

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$250.431 (31/12/2020-R\$201.142) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "*banking*", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "*banking*" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Notas Explicativas

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "*banking*", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de setembro de 2021, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira " <i>banking</i> "	Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais		Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(989)	(23.857)	(45.151)
Total ⁽¹⁾			(989)	(23.857)	(45.151)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	30/09/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	593.894	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	7.866.874	8.098.497
Operação de Arrendamento	204.463	375.144
Total	8.665.231	9.345.166

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	30/09/2021	31/12/2020
Vencidas	67.981	54.193
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.392.991	1.734.199
De 3 a 12 Meses	2.579.711	2.743.881
De 1 a 5 Anos	4.621.105	4.810.552
Acima de 5 Anos	3.443	2.341
Total	8.665.231	9.345.166

b) Carteira de Créditos

	30/09/2021	31/12/2020
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	593.894	871.525
Financiamentos - CDC Veículos	7.866.874	8.098.497
Total	8.460.768	8.970.022

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	30/09/2021	31/12/2020
Vencidas	64.074	48.513
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.359.121	1.679.172
De 3 a 12 Meses	2.593.488	2.616.113
De 1 a 5 Anos	4.440.642	4.623.883
Acima de 5 Anos	3.443	2.341
Total	8.460.768	8.970.022

Notas Explicativas**c) Carteira de Arrendamento**

	30/09/2021	31/12/2020
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	239.582	455.792
Arrendamentos a Receber	74.957	141.076
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	164.625	314.716
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(71.195)	(134.795)
Valores Residuais a Balancear	(164.625)	(314.716)
Outros Valores e Bens	377	475
Imobilizado de Arrendamento	678.364	1.072.059
Credores por Antecipação de Valor Residual	(478.040)	(703.671)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	204.463	375.144

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)	30/09/2021	31/12/2020
Vencidas	3.907	5.680
A Vencer:		
Até 3 Meses	5.393	55.027
De 3 a 12 Meses	78.774	127.768
De 1 a 5 Anos	116.389	186.669
Total	204.463	375.144

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	30/09/2021	31/12/2020
Indústria	51.455	42.266
Comércio	785.258	1.045.655
Instituições Financeiras	603	379
Serviços e Outros	358.747	291.374
Pessoas Físicas	7.467.801	7.964.455
Agricultura	1.367	1.037
Total	8.665.231	9.345.166

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

							30/09/2021
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	289.144	-	289.144	-	-	-
A	0,5%	6.841.379	-	6.841.379	34.207	-	34.207
B	1%	684.221	164.751	848.972	8.490	-	8.490
C	3%	178.377	159.356	337.733	10.131	-	10.131
D	10%	36.228	69.269	105.497	10.550	-	10.550
E	30%	12.239	42.937	55.176	16.553	8.948	25.501
F	50%	4.817	36.018	40.835	20.417	8.147	28.564
G	70%	6.666	23.068	29.734	20.813	8.905	29.718
H	100%	14.675	102.086	116.761	116.761	-	116.761
Total		8.067.746	597.485	8.665.231	237.922	26.000	263.922

							31/12/2020
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	364.216	-	364.216	-	-	-
A	0,5%	7.498.616	-	7.498.616	37.493	-	37.493
B	1%	762.515	139.802	902.317	9.023	-	9.023
C	3%	149.158	116.904	266.062	7.982	13.631	21.613
D	10%	49.007	55.762	104.769	10.477	20.901	31.378
E	30%	11.874	44.368	56.242	16.873	11.220	28.093
F	50%	14.653	22.240	36.893	18.447	7.360	25.807
G	70%	3.238	19.759	22.997	16.097	6.888	22.985
H	100%	15.021	78.033	93.054	93.054	-	93.054
Total		8.868.298	476.868	9.345.166	209.446	60.000	269.446

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

Notas Explicativas

- (2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Saldo Inicial	269.446	181.679
Constituição (Reversão)	89.381	117.722
Baixas	(94.905)	(81.849)
Saldo Final	263.922	217.552
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	16.402	12.326

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 30 de setembro de 2021 as renegociações atingiram o montante de R\$245.810 (31/12/2020 R\$492.978).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em			Saldos em
	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/09/2021
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	474.226	473.830	213.224	62.149	(59.995)	215.378
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.473	7.782	3.502	2.676	(2.784)	3.394
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	108.050	100.485	44.727	3.712	(308)	48.131
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	12.615	14.456	6.505	574	(1.371)	5.708
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	614	110.608	49.774	-	(49.494)	280
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	643	116.002	5.394	-	(5.364)	30
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	5.789	5.065	2.279	1.175	(827)	2.627
Outras Provisões Temporárias	67.455	69.021	31.059	-	(307)	30.752
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	676.222	781.247	356.464	70.286	(120.450)	306.300
Prejuízos Fiscais	-	42.673	10.668	-	(10.668)	-
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	676.222	823.920	367.132	70.286	(131.118)	306.300

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

				30/09/2021	
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	Total
2021	12.420	12.419	4	-	24.843
2022	50.041	40.011	15	-	90.067
2023	47.036	37.629	11	-	84.676
2024	49.331	39.465	-	-	88.796
2025	4.553	3.151	-	-	7.704
2026 a 2030	5.674	4.540	-	-	10.214
Total	169.055	137.215	30	-	306.300

Notas Explicativas

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$291.792 (31/12/2020 - R\$351.012), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/09/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Pagar	6.794	15.156
Passivos Fiscais Diferidos	192.393	150.097
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	65.526	52.046
Total	264.713	217.299

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	30/09/2021
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	5.612	-	-	2.560	-	2.560
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	5.886	-	-	274	-	274
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	152.143	1.507	679	68.737	-	69.415
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	159.563	1.581	74	7.346	-	7.420
Superveniência de Arrendamento Mercantil	450.896	597.379	149.344	-	(36.621)	112.724
Total	774.100	600.467	150.097	78.917	(36.621)	192.393

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

	30/09/2021			
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total
2021	35.016	4.930	962	40.908
2022	44.958	15.776	3.847	64.581
2023	44.831	11.831	2.884	59.546
2024	24.348	-	-	24.348
2025	3.010	-	-	3.010
Total	152.163	32.537	7.693	192.393

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	65.484	221.633	69.858	241.003
Participações no Lucro	(894)	(2.609)	(945)	(2.754)
Resultado antes dos Impostos	64.590	219.024	68.913	238.249
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(40.017)	(109.512)	(31.011)	(107.212)
Despesas Indedutíveis Liquidas de Receitas não Tributáveis	690	1.294	441	984
Demais Ajustes CSLL 5%	2.924	7.697	-	5.977
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL	2.351	2.351	-	-
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	66	(42)	690	983
Imposto de Renda e Contribuição Social	(33.986)	(98.212)	(29.880)	(99.268)

Notas Explicativas

10. Outros Ativos	30/09/2021	31/12/2020
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	182.633	180.480
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.413	3.781
Para Interposição de Recursos Cíveis	23.387	26.641
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	11.263	27.969
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	35.116	39.018
Outros	1.631	2.550
Total	257.443	280.439

11. Imobilizado de Uso

			30/09/2021	31/12/2020
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.727	(1.255)	1.472	1.567
Sistemas de Segurança e Comunicações	145	(118)	27	31
Sistemas de Processamento de Dados	1.031	(789)	242	298
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.616	(1.103)	1.513	1.664
Total	6.519	(3.265)	3.254	3.560

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.853 (31/12/2020- R\$5.834) como custo de aquisição e R\$5.683 (31/12/2020 - R\$5.580) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos**a) Depósitos**

					30/09/2021	31/12/2020
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	513.646	730.183	1.878.828	3.122.657	4.355.893
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	138.524	8.193	16.560	163.277	136.641
Outros Depósitos ⁽³⁾	10.224	-	-	-	10.224	8.427
Total	10.224	652.170	738.376	1.895.388	3.296.158	4.500.961

(1) Inclui o valor de R\$1.264.331 (31/12/2020 - R\$1.969.612) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 18 de maio de 2018 até 18 de agosto de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2024.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 11 de outubro de 2019 até 30 de setembro de 2021 e prazo de vencimento entre 2021 e 2024 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					30/09/2021	31/12/2020
		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾		97.909	258.527	961.301	1.317.737	1.074.301
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾		-	937.507	2.636.488	3.573.995	3.327.623
Total		97.909	1.196.034	3.597.789	4.891.732	4.401.924

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 15 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 23 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 30 de setembro de 2021, inclui o valor de R\$408.817 (31/12/2020 - R\$446.805) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de setembro de 2021, inclui o valor de R\$2.489.968 (31/12/2020 - R\$3.160.851) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

Notas Explicativas**14. Outros Passivos**

	30/09/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias	2.505	53.622
Diversas	426.732	487.713
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	171.345	166.943
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	165.455	201.972
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	3.638	12.608
Provisões com Despesas de Comissões	13.718	11.212
Provisões com Despesas Profit Share	8.429	13.084
Provisões com Campanhas de Publicidade	15.369	29.909
Outras	48.778	51.993
Total	429.237	541.343

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais**a) Ativos Contingentes**

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/09/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	151.258	144.705
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	20.087	22.238
Ações Trabalhistas	12.614	14.456
Ações Cíveis	7.473	7.782
Total	171.345	166.943

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/09/2021			01/01 a 30/09/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	144.705	14.456	7.782	137.391	13.138	15.837
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	8.163	(1.068)	8.824	7.833	1.218	(1.012)
Pagamentos	(1.610)	(774)	(9.133)	(1.163)	(304)	(6.098)
Saldo Final	151.258	12.614	7.473	144.061	14.052	8.727
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	182.633	3.537	23.387	178.942	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$14.421 (31/12/2020 - R\$14.252): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$115.974 (31/12/2020 - R\$114.449): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições

Notas Explicativas

financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$43.040 para ações cíveis, R\$1.862 para ações trabalhistas e R\$232.847 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2020 - R\$45.011, R\$1.619 e R\$209.846, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$127.596 (31/12/2020 - R\$116.666): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

				30/09/2021			
Em Milhares de Reais				Reais por Ação			
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos (2)	4.731	-	4.731	11,14	12,26	11,14	12,26
Total	59.731	(8.250)	51.481				

(1) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(2) Valor correspondente entre o mínimo exigido e o saldo de JCP deliberado.

Notas Explicativas

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2021 foi fixado o valor máximo de R\$4.853 (2020 - R\$4.335). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	961	1.043
Remuneração Variável	96	98
Outras	563	705
Total	1.620	1.846

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$352 (30/09/2020 - R\$841).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

Notas Explicativas**d) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2021	31/12/2020	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Disponibilidades	31.799	38.033	-	-	-	-
Banco Santander(3)	31.799	38.033	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	44.000	188.013	998	4.225	1.671	4.987
Banco Santander(3)	44.000	188.013	998	4.225	1.671	4.987
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	567.565	651.261	10.691	17.838	3.095	15.919
FIDC Venda de Veículos(9)	567.565	651.261	10.689	17.836	2.933	15.757
FIDC RCI Brasil I(9)	-	-	2	2	162	162
Operações de Crédito	2.549	3.509	10.707	26.604	5.653	22.440
Renault do Brasil S.A.(4)	281	1.502	2.961	9.254	3.191	11.278
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	428	337	1.577	3.225	736	2.160
Nissan do Brasil S.A.(4)	1.840	1.670	6.169	14.125	1.725	9.002
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)	11.263	28.408	35.363	111.601	45.666	144.009
Renault do Brasil S.A.(4)	10.515	24.378	31.467	95.013	37.156	115.214
Nissan do Brasil S.A.(4)	695	3.952	3.744	15.950	8.232	27.816
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	54	181	34	135
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	53	78	98	457	244	844
Depósitos Interfinanceiros	(2.570.664)	(3.565.452)	(54.021)	(144.513)	(43.917)	(147.441)
Banco Santander(3)	(2.570.664)	(3.565.452)	(54.021)	(144.513)	(43.917)	(147.441)
Recursos de Aceites Cambiais	(477.078)	(296.314)	(5.772)	(10.247)	(1.388)	(7.229)
Renault do Brasil S.A.(4)	-	-	-	-	-	(538)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	(167.668)	(75.560)	(1.836)	(2.914)	(347)	(1.793)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	(159.642)	(174.201)	(2.135)	(4.358)	(820)	(3.514)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	(14.529)	(13.935)	(167)	(354)	(56)	(189)
FIDC Venda de Veículos (9)	(135.239)	(32.618)	(1.634)	(2.621)	(166)	(1.195)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(51.481)	-	-	-	-
RCI Banque (3)	-	(30.945)	-	-	-	-
Banco Santander (3)	-	(20.536)	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(8.340)	(10.388)	(14.983)	(49.684)	(16.388)	(48.151)

Notas Explicativas

Banco Santander(3)	-	-	(3.252)	(9.171)	(2.922)	(7.941)
RCI Banque(1)(3)	(648)	(3.136)	(837)	(6.918)	(510)	(1.475)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)	(2.132)	(2.216)	(3.149)	(9.598)	(4.587)	(12.135)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(5.560)	(5.036)	(7.745)	(23.997)	(8.370)	(26.600)
Outras Obrigações - Diversas	(43)	(32)	(545)	(2.035)	(724)	(2.385)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(409)	(1.620)	(575)	(1.846)
Santander Brasil Tecnologia S.A	-	-	(7)	(33)	(34)	(193)
Renault do Brasil S.A.(4)	(24)	(17)	(71)	(213)	(50)	(161)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(19)	(15)	(58)	(169)	(65)	(183)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil(2)(9)	-	-	-	-	-	(2)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 18.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	11.729	39.701	12.860	38.793
Outras	1.427	4.269	2.162	5.363
Total	13.156	43.970	15.022	44.156

19. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Serviços do Sistema Financeiro	4.861	14.958	4.813	13.412
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	20.195	54.566	17.884	59.333
Propaganda e Publicidade	14.897	38.045	8.266	28.363
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	3.149	9.598	4.587	12.135
Convênio Operacional RCI Banque	837	6.918	510	1.475
Serviços de Processamento de Dados	6.342	20.751	5.527	14.456
Transportes e Viagens	140	333	115	1.144
Outras	2.676	8.213	1.750	6.710
Total	53.097	153.382	43.452	137.028

20. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Atualização de Depósitos Judiciais	(105)	2.637	1.933	3.138
Atualização de Impostos a Compensar	(76)	839	757	1.184
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	6.157	7.035	6.464	7.035
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	13.578	37.676	11.147	35.785
Reversão de Provisões Operacionais	15.189	16.038	12.995	16.051
Outras	605	643	(306)	53
Total	35.348	64.868	33.424	63.680

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

Notas Explicativas**21. Outras Despesas Operacionais**

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	19.392	44.464	18.627	42.440
Provisões Operacionais				
Cíveis (Nota 15.c)	9.660	15.327	16.661	13.473
Fiscais (Nota 15.c)	980	6.157	2.117	5.923
Trabalhista (Nota 15.c)	488	2.050	413	2.067
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	10.968	17.343	1.211	5.234
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	535	1.623	385	1.399
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.156	2.337	591	2.484
Outras	2.342	2.808	795	1.143
Total	45.521	92.109	40.799	74.162

22. Resultado Não Operacional

	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020
Resultado com Bens não de Uso Próprio	1.265	13.013	10.466	24.354
Perdas de Capital	2	(168)	(56)	(555)
Total	1.267	12.845	10.410	23.799

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Informações Trimestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco Santander, referentes ao período em 30 de setembro de 2021, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Denis Ferro Junior
João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Suplentes

Marcio Giovannini
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC Nº 1SP 316054/O-4

Notas Explicativas



Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas Preparadas de Acordo com o IAS 34

Banco RCI Brasil S.A.

30 de setembro de 2021

Notas Explicativas

1. Contexto operacional, apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Banco), constituído na forma de sociedade por ações, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através de suas operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios, em condições de comutatividade.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2021, foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 11 de novembro de 2021.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (atual denominação do IFRIC) (IFRS).

De acordo com o IAS 34, as demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas destinam-se somente a fornecer uma atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas no período, ao invés de duplicar demonstrações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente apresentadas. Consequentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas não incluem todas as demonstrações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, conforme emitido pelo IASB. Assim sendo, para obter o devido entendimento das demonstrações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas, as mesmas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco RCI Brasil referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As mesmas políticas e os métodos de cálculo são seguidos nas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas quando comparadas as demonstrações financeiras anuais mais recentes.

Adoção de normas e interpretações

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2021, foram adotadas pelo Banco são:

• **Alteração ao IFRS 16** - Em maio de 2020, o IASB publicou uma alteração ao IFRS 16 que é válida para reportes anuais com início em, ou após, 1º de janeiro 2021 adicionando expediente prático que determina que modificações na contraprestação paga por arrendamento que sejam provenientes de alguma concessão feita por decorrência da pandemia da COVID-19 não sejam caracterizadas modificações de arrendamento.

Fica determinado que as características para que essa modificação se caracterize como uma mudança decorrente da COVID-19 são:

- As mudanças resultem em contraprestações menores do que as anteriormente estabelecidas;
- Pagamentos originalmente devidos em, ou antes de, 30 de setembro de 2021; e
- Não haja mudanças substanciais nos outros termos e condições do arrendamento.

Caso o expediente prático seja adotado, deve haver a identificação e descrição nas demonstrações financeiras. Até a publicação deste relatório, não foram identificados impactos.

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

• **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2022. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Notas Explicativas

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco RCI Brasil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas. O Banco RCI Brasil faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco RCI Brasil e da entidade consolidada em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

As principais estimativas foram discutidas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020. No período findo em 30 de setembro de 2021, não ocorreram variações significativas nas estimativas feitas no final do exercício de 2020, além das indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas.

2. Base para consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias Condensadas Consolidadas da sociedade de propósito específico (SPE), está consolidada com as do Banco RCI Brasil. Consequentemente, todos os saldos e transações entre a entidade consolidada são eliminados na consolidação.

A SPE foi criada para cumprir um objetivo específico e definido de operações estruturadas. Foi criado o seguinte Fundo de Investimento em Direito Creditório (FIDC):

Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)

A Renault montadora vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil detém 100% das suas quotas subordinadas e seniores. Este Fundo foi constituído e passou a ser consolidado em maio de 2015.

Em 30 de setembro de 2021, o FIDC Venda de Veículos apresentava a seguinte situação patrimonial:

	FIDC Venda de Veículos
Ativo	567.980
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	43.952
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes	388.785
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes – Instrumentos de Dívida	135.239
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado - Instrumentos de patrimônio	-
Outros ativos	4
Passivo	415
Outras obrigações	415
Patrimônio líquido	567.565
Quotas Subordinadas	567.565
Lucro líquido no período	30.522

Notas Explicativas**3. Ativos financeiros****a) Classificação por categoria**

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco RCI Brasil, exceto saldos relacionados com "Reservas no Banco Central do Brasil", em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada abaixo:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	899.296	899.296
Sendo:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	899.296	899.296
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	8.482.899	8.482.899
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	-	9.003.819	9.003.819
Perda de valor recuperável ("impairment") (Nota 3.b)	-	-	(520.920)	(520.920)
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-
Derivativos	6.388	-	-	6.388
Instrumento de Dívida	-	104.105	-	104.105
Total	6.388	104.105	9.382.195	9.492.688

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros**Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado" (anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis) nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Saldo no início do período	501.322	319.770
Provisão Líquida para perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	158.920	283.884
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(139.322)	(107.598)
Saldo no final do período	520.920	496.056
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	16.402	12.326

c) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e classificados como não recuperáveis devido ao risco de crédito são os seguintes:

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Saldo no início do período	311.340	229.480
Adições líquidas de reversão de provisão	143.888	189.732
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(139.322)	(107.597)
/Saldo no final do período	315.906	311.615

Notas Explicativas

4. Passivos financeiros

Composição e classificação por categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, e a composição dos passivos financeiros, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total	Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos de Clientes	173.500	173.500	145.068	145.068
Depósitos de instituições de crédito	3.122.657	3.122.657	4.355.893	4.355.893
Sendo:				
Depósitos interfinanceiros ⁽⁵⁾	3.122.657	3.122.657	4.355.893	4.355.893
Obrigações por títulos e valores mobiliários	4.756.494	4.756.494	4.369.306	4.369.306
Sendo:				
Recursos de aceites cambiais ^{(1) (3)}	1.182.499	1.182.499	1.041.401	1.041.401
Letras financeiras ^{(2) (4)}	3.573.995	3.573.995	3.327.623	3.327.623
Outros passivos financeiros	16.816	16.816	72.828	72.828
Total	8.069.467	8.069.467	8.943.095	8.943.095

- (1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 15 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025.
- (2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$50. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 23 de setembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.
- (3) Em 30 de setembro de 2021, inclui o valor de R\$408.817 (31/12/2020 - R\$446.805) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (4) Em 30 de setembro de 2021, inclui o valor de R\$2.489.968 (31/12/2020 - R\$3.160.851) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (5) Inclui o valor de R\$1.264.331 (31/12/2020 - R\$1.969.612) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 18 de maio de 2018 até 11 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2024.

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020, foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Saldo no início do período	4.401.924	5.087.379
Emissões	1.847.844	700.344
Amortizações	(1.284.450)	(1.540.356)
Juros	(208.824)	119.593
Saldo no final do período	4.756.494	4.366.960

5. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	40.950	38.241
Processos judiciais e administrativos	40.950	38.241
Sendo:		
Cíveis	7.473	7.782
Trabalhistas	12.614	14.456
Fiscais	20.863	16.003
Total	40.950	38.241

Notas Explicativas

b) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco RCI Brasil tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos relacionados as obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$14.421 (31/12/2020 - R\$14.252): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de alíquota da CSLL - R\$115.974 (31/12/2020 - R\$114.449): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

c) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos e arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito e de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

e) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$43.040 para ações cíveis, R\$1.862 para ações trabalhistas e R\$232.847 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2020 - R\$45.011, R\$1.619 e R\$209.846, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$127.596 (31/12/2020 - R\$116.666): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de

Notas Explicativas

depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

6. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

	30/09/2021	31/12/2020
Despesas provisionadas	62.449	81.377
Transações em andamento	4.704	13.707
Provisão Desenvolvimento de Informática	11.364	7.832
Outros	7.818	10.114
Total	86.335	113.030

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social do Banco RCI Brasil é de R\$985.225 e está composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	30/09/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340	80.784	80.556	161.340
Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

	30/09/2021			30/09/2021			
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação			
				Bruto		Líquido	
	Bruto	IRRF	Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio⁽¹⁾	55.000	(8.250)	46.750	129,52	142,47	110,09	121,10
Dividendos⁽²⁾	4.731	-	4.731	11,14	12,26	11,14	12,26
Total	59.731	(8.250)	51.481				

(3) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(4) Valor correspondente entre o mínimo exigido e o saldo de JCP deliberado.

8. Ativos e Passivos Fiscais

a) Tributos sobre lucro

O total dos encargos do período findo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Notas Explicativas

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro antes da tributação	226.923	204.163
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	-	(55.000)
Lucro antes da tributação	226.923	149.163
Alíquota: 25% de imposto de renda e 25% de contribuição social	(113.462)	(67.123)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) ⁽²⁾	(10.428)	(14.117)
Ajustes:		
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.294	1.012
Efeitos da Diferença da Alíquota de CSLL (Não Financeiras)	7.696	
Ajuste CSLL - 5% ⁽³⁾	2.354	5.977
Outros ajustes	(456)	8.065
Imposto de renda e Contribuição social	(113.002)	(66.187)
Impostos correntes	(145.466)	(162.463)
Impostos diferidos	32.464	96.276
Impostos pagos no período	32.491	(118.233)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro antes da tributação	226.923	204.163
Imposto de renda	(113.002)	(66.187)
Alíquota efetiva	49,80%	32,42%

c) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos fiscais diferidos		
Diferenças temporárias ⁽¹⁾		
Ajuste a valor de justo dos títulos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	310	55.168
Crédito tributário sobre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	321.110	317.886
Demais diferenças temporárias ⁽¹⁾	75.380	76.826
Prejuízo fiscal	-	10.668
Total de ativos fiscais diferidos	396.800	460.548
	30/09/2021	31/12/2020
Passivos fiscais diferidos		
Depreciação excedente de bens arrendados	112.724	149.345
Avaliação de títulos disponíveis para venda	76.835	752
Diferenças temporárias	2.834	-
Total de passivos fiscais diferidos	192.393	150.097

(1) Diferenças temporárias que se referem, principalmente, a provisões para processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos estão sendo apresentados líquidos no balanço patrimonial correspondendo em 30 de setembro de 2021 ao valor de R\$204.407 no ativo fiscal diferido (31/12/2020 - R\$310.451).

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos Fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" foram:

	Saldos em 31/12/2020	Ajuste no resultado	Ajuste de marcação a mercado refletido no Patrimônio Líquido	Saldos em 30/09/2021
Ativos fiscais diferidos	460.548	(8.890)	(54.858)	396.800
Diferenças temporárias	449.880	1.778	(54.858)	396.800
Prejuízo fiscal	10.668	(10.668)	-	-
Passivos fiscais diferidos	150.097	(33.787)	76.083	192.393
Diferenças temporárias	150.097	(33.787)	76.083	192.393
Total	310.451	24.897	(130.941)	204.407

d) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ano	Ativos fiscais diferidos			30/09/2021	
				Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Total	Diferenças temporárias	Total
2021	24.843	-	24.843	40.907	40.907
2022	90.067	-	90.067	64.581	64.581
2023	84.677	-	84.677	59.547	59.547
2024	88.796	-	88.796	24.348	24.348
2025	7.704	-	7.704	3.010	3.010
2026 a 2030	100.713	-	100.744	-	-
Total	396.800	-	396.831	192.393	192.393

9. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com pessoal

	01/07 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Remuneração direta	7.552	6.855	22.454	21.689
Encargos	2.516	1.843	7.554	6.667
Benefícios	1.773	1.720	5.322	5.261
Treinamento	185	281	386	1.122
Outras despesas de pessoal	92	123	878	647
Total	12.118	10.822	36.594	35.386

b) Outras despesas administrativas

	01/07 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Imóveis, instalações e materiais	515	9	644	362
Tecnologia e sistemas	6.602	7.406	18.952	17.991
Publicidade	11.010	6.400	27.978	24.024
Comunicações	312	342	988	1.107
Ajudas de custo e despesas de viagem	41	44	108	778
Tributos exceto impostos sobre a renda	60	24	134	80
Serviços de vigilância e transporte de valores	2.663	70	6.763	1.212
Convênio Operacional RCI Banque	837	510	6.918	1.475
Prêmios de seguros	705	382	2.026	1.463

Notas Explicativas

Serviços técnicos especializados	7.317	6.037	19.839	20.427
Outras despesas administrativas	944	622	2.133	2.307
Total	31.006	21.846	86.483	71.226

10. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco RCI Brasil identificou os segmentos operacionais reportáveis:

(I) Comercial

(II) Atacado

O Banco RCI Brasil opera no Brasil, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

- O segmento Comercial engloba os financiamentos concedidos aos clientes finais e, pessoas físicas ou jurídicas, e operações de arrendamento mercantil destinadas aos clientes finais e, pessoas físicas ou jurídicas, que agrupam prioritariamente os compradores de veículos.
- O segmento de Atacado engloba os financiamentos prestados à rede de concessionárias Renault e Nissan, substancialmente para manutenção dos estoques de veículos e peças com vencimento de curto prazo.

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela Administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A Administração utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As principais informações relacionadas aos dados contábeis constantes no balanço patrimonial e demonstração de resultado estão demonstradas a seguir:

	01/01 a 30/09/2021			01/01 a 30/09/2020		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receitas com juros e similares	937.601	75.720	1.013.321	902.295	88.461	990.756
Despesas com juros e similares	(366.482)	(28.939)	(395.421)	(369.642)	(42.479)	(412.121)
Resultado líquido com juros	571.119	46.781	617.900	532.653	45.982	578.635
Receitas de tarifas e comissões	1.068	8.207	9.275	852	7.872	8.724
Despesas de tarifas e comissões	(49.923)	(4.089)	(54.012)	(49.742)	(4.294)	(54.036)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(88.536)	-	(88.536)	(42.901)	-	(42.901)
Variações cambiais (líquidas)	(55)	-	(55)	754	-	754
Outras receitas (despesas) operacionais	19.626	1.608	21.234	14.999	1.295	16.294
Resultado Bruto	453.299	52.507	505.806	456.615	50.855	507.470
Despesas administrativas	(113.760)	(9.318)	(123.078)	(98.139)	(8.472)	(106.611)
Depreciação e amortização	(1.311)	(108)	(1.419)	(1.086)	(94)	(1.180)
Provisões (líquidas)	(12.383)	(1.014)	(13.397)	(4.780)	(413)	(5.193)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(131.728)	(10.790)	(142.518)	(249.978)	(21.580)	(271.558)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	1.528	-	1.528	1.193	-	1.193
Lucro operacional antes da tributação	195.645	31.277	226.922	103.825	20.296	124.121

Outros:	30/09/2021			31/12/2020		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Total em ativos	9.098.016	959.791	10.057.807	9.749.449	1.175.120	10.924.569

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	8.422.404	959.791	9.382.195	8.805.736	1.175.120	9.980.856
Passivos financeiros ao custo amortizado	6.886.969	1.182.498	8.069.467	7.868.779	1.074.317	8.941.868

Adicionalmente, o Banco RCI Brasil não tem clientes que individualmente respondam por 10% da receita financeira ou receita correlata (das duas a maior) para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020.

11. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2021 foi fixado o valor máximo de R\$4.853 (2020 - R\$4.335). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Remuneração Fixa	961	1.043
Remuneração Variável	96	98
Outras	563	705
Total	1.620	1.846

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$352 (30/09/2020 - R\$841).

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- IX. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- X. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- XI. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- XII. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- XIII. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- XIV. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua participação societária qualificada;
- XV. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- XVI. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander.

c) Participação acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

Notas Explicativas**d) Transações com partes relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstradas as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Controladora (1)	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Outras partes relacionadas (2)
Ativo				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	75.799	-	226.046	-
Banco Santander (1)	75.799	-	226.046	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (3)	-	2.549	-	3.509
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (7)	-	428	-	337
Renault do Brasil S.A. (7)	-	281	-	1.502
Nissan do Brasil S.A. (7)	-	1.840	-	1.670
Outros ativos	53	11.263	457	29.174
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (8)	-	53	-	78
Renault do Brasil S.A. (4) (7)	-	10.515	-	24.378
Nissan do Brasil S.A. (4) (7)	-	695	-	3.952
Passivo				
Depósitos de instituições de crédito	(2.745.341)	-	(3.565.452)	-
Banco Santander (1)	(2.570.664)	-	(3.565.452)	-
Outros passivos financeiros	-	-	(51.481)	-
Banco Santander (1)	-	-	(20.536)	-
RCI Banque (1)	-	-	(30.945)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	(477.078)	-	(296.236)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (5)	-	(167.668)	-	(75.560)
RCI Serviços e Participações Ltda. (5)	-	(159.642)	-	(174.201)
FIDC Venda de Veículos	-	(135.239)	-	(32.618)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.	-	(14.529)	-	(13.857)
Outras obrigações	(648)	(7.735)	(3.136)	(7.284)
RCI Banque (1)	(648)	-	(3.136)	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (6) (8)	-	(2.132)	-	(2.216)
Renault do Brasil S.A. (7)	-	(24)	-	(17)
Nissan do Brasil S.A. (7)	-	(5.579)	-	(5.051)

	01/01 a 30/09/2021		01/01 a 30/09/2020	
	Controladora (1)	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Outras partes relacionadas (2)
Resultado				
Receitas com juros e similares	4.225	138.024	4.987	(86.671)
Banco Santander (1)	4.225	-	4.987	-
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (7)	-	3.225	-	2.160
Renault do Brasil S.A. (7)	-	104.267	-	(126.492)
Nissan do Brasil S.A. (7)	-	30.075	-	36.817
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.	-	457	-	844
Despesas com juros e similares	(144.513)	(34.244)	(147.441)	(32.634)
Banco Santander (1)	(144.513)	-	(147.441)	-
Renault do Brasil S.A. (7)	-	-	-	(538)
Renault do Brasil Serviços e Participações Ltda. (7)	-	(4.358)	-	(3.514)
Nissan do Brasil S.A. (7)	-	(23.997)	-	(26.600)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (5)	-	(2.914)	-	(1.793)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (8)	-	(354)	-	(189)
FIDC Venda de Veículos	-	(2.621)	-	-
Despesas com Pessoal	-	(1.620)	-	(1.846)
Pessoal Chave da Administração	-	(1.620)	-	(1.846)
Outras despesas administrativas	-	(415)	-	(537)
Santander Brasil Tecnologia (8)	-	(33)	-	(193)
Renault do Brasil S.A. (4)	-	(213)	-	(161)

Notas Explicativas

Nissan do Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	(169)	-	(183)
Despesas de tarifas e comissões	(16.089)	(9.598)	(9.416)	(12.135)
Banco Santander ⁽¹⁾	(9.171)	-	(7.941)	-
RCI Banque	(6.918)	-	(1.475)	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(6) (8)}	-	(9.598)	-	(12.135)

(1) O Banco RCI Brasil é controlado em conjunto pelo RCI Banque e pelo Banco Santander.

(2) Controladas do Banco Santander e controladas e coligadas do RCI Banque.

(3) Refere-se a juros com operações de *floor plan*, subsidiados pelas montadoras e realizáveis em até 30 dias.

(4) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(5) Controladas da controladora RCI Banque.

(6) As despesas se referem a despesas administrativas – convênio operacional.

(7) Coligadas da controladora RCI Banque.

(8) Controladas do controlador Banco Santander.

12. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivativos de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco RCI Brasil utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis em um mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco RCI Brasil para apurar seu valor justo:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	6.388	-	264.191
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	264.191
Cotas de Fundos Subordinadas	-	-	-	264.191
Derivativos	-	6.388	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	104.105	-	152.735	-
Instrumentos de dívida	104.105	-	152.735	-
Letras Financeiras do Tesouro e outros	104.105	-	152.735	-
Derivativos utilizados como <i>Hedge</i> (passivos)	-	-	-	324.586

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Banco RCI Brasil são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros de propriedade do Banco RCI Brasil exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco RCI Brasil mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Ativo	Valor Contábil	30/09/2021	Valor Contábil	31/12/2020
		Valor Justo		Valor Justo
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	899.296	899.296	883.331	883.331
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽²⁾	8.482.827	8.438.894	9.097.525	9.741.945
Total	9.382.123	9.338.190	9.980.856	10.625.276

(1) Classificados como operações de Nível 2.

(2) Classificados como operações de Nível 3.

Operações de crédito - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco RCI Brasil mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Passivo	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 2	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 2
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:						
Depósitos de Clientes	173.500	173.500	173.500	145.068	145.068	145.068
Depósitos de instituições de crédito (Nota 4)	3.122.657	3.122.657	3.122.657	4.355.893	4.355.893	4.355.893
Obrigações por títulos e valores mobiliários (Nota 4)	4.756.493	4.756.493	4.756.493	4.369.306	4.369.306	4.369.306
Outros passivos financeiros (Nota 4)	16.817	16.817	16.817	72.828	72.828	72.828
Total	8.069.467	8.069.467	8.069.467	8.943.095	8.943.095	8.943.095

13. Outras divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos financeiros derivativos registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Notas Explicativas**Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"**

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	6.388	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	8.024	-
Total	14.412	-
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	-	(324.586)
Total	-	(324.586)

Resumo por Categoria

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" – Negociação						
Ativo	650.000	668.925	671.856	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	650.000	668.925	671.856	-	-	-
Passivo	(650.000)	(668.423)	(665.468)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(650.000)	(668.423)	(665.468)	-	-	-
"Swap" – Negociação Diferencial a Receber	-	502	6.388	-	-	-

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as contrapartes das operações com derivativos são instituições financeiras.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Em 30 de setembro de 2021, as operações de swap foram registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.), das quais não possuem vencimento até 3 meses (31/12/2020 – não há saldo para as operações).

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

b) Derivativos utilizados como Hedge**Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa**

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil, possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a setembro de 2021 e os vencimentos são entre outubro de 2021 e novembro de 2024.
- Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. No período findo em 30 de setembro de 2021, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$90.261 (31/12/2020 - R\$222.285).

Notas Explicativas

	30/09/2021		31/12/2020	
Instrumentos de Hedge	Valor Referencial	Valor Justo	Valor Referencial	Valor Justo
Ativo	3.629.820	3.928.388	4.556.020	4.828.355
Certificado de depósitos interfinanceiros	3.629.820	3.928.388	4.556.020	4.828.355
Passivo	(3.629.820)	(3.920.364)	(4.556.020)	(5.152.940)
Taxa de juros Pré - Reais	(3.629.820)	(3.920.364)	(4.556.020)	(5.152.940)
Hedge de fluxo de caixa	-	8.024	-	(324.586)
Diferencial a pagar e receber	-	8.024	-	(324.586)

Em 30 de setembro de 2021, as operações de hedges cujo objeto são captações com operações de letras financeiras, registradas na B3 S.A, possuem os seguintes vencimentos: R\$521.120 possuem vencimento até 3 meses, R\$1.247.500 de 3 a 12 meses e R\$1.861.200 acima de 12 meses (31/12/2020 - R\$170.000, R\$2.112.270 e R\$2.273.750, respectivamente).

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados com as metodologias do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil faz parte do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B x DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2021.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(989)	(23.857)	(45.151)
Total ⁽¹⁾		(989)	(23.857)	(45.151)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

Notas Explicativas

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
 Andre de Carvalho Novaes
 Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
 Denis Ferro Junior
 João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Suplentes

Marcio Giovannini
 Enrico Rossini
 Fabien Jean Michel Tournier
 Roberto Alexandre Borges Fischetti
 Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações financeiras intermediárias individuais e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado individual não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Ao Conselho da Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, de acordo com a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de setembro de 2021, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Outros Assuntos – Demonstração consolidada do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente em relação as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente e Geral
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro
Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco
Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais
Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 11 de novembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, sobre as Informações Trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes e Geral
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro
Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco
Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais
Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 11 de novembro de 2021.